



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## Ata da 17ª. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

### 1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 17ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, realizada no dia 27 de setembro de 2005, com início às 10 horas e término às 14 horas, na sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, DF, e que tratou da seguinte pauta: 1) Situação da execução das ações aprovadas em 2005; 2) Orientação sobre o Planejamento das ações para 2006 e 3) Outros assuntos.

### 2. Participantes

#### *Membros Titulares e Substitutos Presentes:*

Luís Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo do MCT, Presidente (Titular),  
Fernando Cosme Rizzo Assunção, PUC/RJ, representante da comunidade científica (Titular),  
Jairo Klepacz, representante do MDIC (Substituto),  
João Eduardo de Moraes Pinto Furtado, representante do BNDES (Titular),  
José Roberto Drugowich, representante do CNPq (Substituto)  
Maria Aparecida S. das Neves, representante da FINEP (Substituta).

#### *Titulares ausentes (ausências justificadas):*

Alessandro Golombiewski Teixeira, representante do MDIC,  
Carlos Henrique Brito Cruz, representante da comunidade científica,  
Erney P. Camargo, representante do CNPq,  
Luiz Carlos Barboza, representante do SEBRAE,  
Mário Bernardini, representante do setor industrial,  
Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, representante da FINEP,  
Rodrigo Rocha da Costa Loures, representante do setor industrial.

#### *Convidados:*

Aldo Pinheiro da Fonseca, Coordenador da SETEF/MCT (Coordenador SETEF)  
Carlos Cristo, MDIC  
Cristina Valente, FINEP  
Elianne Prescott, SETEF/MCT (Secretária Técnica)  
Giovanna Testa Victor, CNI  
Joselice A. Cerqueira, SETEF/MCT  
Léa Contier de Freitas, SETEF/MCT  
Maurício Mendonça Jorge, CNI  
Valdir Pepe, CIESP

### **3. Abertura**

O Presidente do Comitê Gestor, Prof. Luís Fernandes, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e deu boas vindas ao novo representante do BNDES no Comitê, Sr. João Eduardo de M. Pinto Furtado. Em seguida, relatou as justificativas enviadas pelos membros titulares ausentes e agradeceu a presença do Sr. Jairo Klepacz, representando o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio e substituindo nessa reunião o Sr. Alessandro Teixeira; do Sr. Valdir Pepe, representando o setor industrial em substituição ao Sr. Mário Bernardini e ao Sr. Maurício Mendonça, que veio substituir o Sr. Rodrigo Loures, também representante do setor industrial no Comitê. Destacou a presença da Sra. Maria Aparecida Neves, na ocasião representando a Finep, e do Sr. José Roberto Drugowich, representando o CNPq. Em conformidade à pauta, deu início à discussão do primeiro item, relativo à execução das ações aprovadas em 2005. Sobre o assunto, destacou que as informações disponíveis sobre a execução orçamentária do Fundo Verde-Amarelo, em 2005, constam da relação de documentos disponibilizados e demonstram que apresentam que de um orçamento autorizado de R\$ 165,3 milhões para o CT-FVA, até 17 de setembro do corrente, foram empenhados cerca de R\$ 101 milhões, correspondendo a 61,5%. Essa performance, ressaltou, só é menor que a apresentada pelo Fundo Setorial CT-Aeronáutico, com empenho da ordem de 75%. Do montante empenhado com recursos do CT-FVA, R\$ 59,61 milhões foram liquidados (cerca de 36%). Essa diferença, conforme esclarecido pela representante da Finep, deve-se tanto ao processo de assinatura dos convênios por parte dos beneficiários, como ao próprio processo de liberação de recursos financeiros por parte do tesouro.

Com relação à situação da execução das ações autorizadas em 2005, o Presidente, com base em tabela distribuída (anexo), destacou os dois programas que apresentam maior grau de execução: fortalecimento de competências técnico científico para inovação que já empenhou R\$ 19 milhões dos R\$ 22 milhões alocados; e as ações de equalização, estímulo, subvenção e estímulo ao investimento em C&T, com desempenho de cerca de 86,73%. Sobre esse programa, aproveitou para informar a liberação pelo BNDES de R\$ 120 milhões que se somarão ao programa de equalização da taxa de juros operado com recursos do Fundo Verde-Amarelo pela FINEP. Citou ainda o desempenho do programa de apoio à cooperação ICT e Empresas da ordem de 53%.

Para apresentar com mais detalhe a situação da execução, foi dada a palavra aos representantes das agências.

### **4. Apresentação das agências**

4.1. Apresentação da FINEP – A representante da FINEP, Sra. Maria Aparecida Neves, tendo por base os documentos distribuídos aos membros do Comitê na reunião, destacou, em relação ao desempenho do FVA em 2005, principalmente o seguinte:

- De modo geral, considerando as operações que envolvem todos os fundos setoriais, o fato de se ter antecipado o calendário em 2005 permitiu alcançar um melhor desempenho financeiro em relação ao mesmo período de 2004. Até o momento, 27 projetos decorrentes de encomendas, encontram-se em elaboração pelos proponentes e 57 projetos encontram-se em processo de análise na agência. A FINEP está estabelecendo a data de 30 de setembro como limite para submissão/conclusão dos projetos e prevê que

os processos de análise estejam concluídos até o dia 15 de outubro. A finalidade é garantir tempo hábil para contratação efetiva ainda no exercício (previsão de empenho e contratação até 18 de novembro). Alertou para o fato de que ainda se encontram em definição 14 termos de referência, que são exigidos para nortear processos de encomenda.

- Com relação especificamente às ações que envolvem recursos do CT-FVA, destacou:
  - i) Programa de Modernização dos Institutos: tratam-se de encomendas relacionadas aos institutos do MCT e que contam com uma dotação de R\$ 12 milhões, dos quais R\$ 4,5 milhões oriundos do CT-FVA. Conforme deliberação anterior, nessa fase serão contratados os projetos já classificados no edital 03/2004 e que não puderam ser contratados na ocasião por insuficiência de recursos.
  - ii) Programa Cooperação ICT/Empresa: o valor aportado ao edital foi da ordem de R\$ 25 milhões. Na primeira etapa, foram submetidas 54 cartas-convite que envolveram 43 empresas e 11 consórcios. Dessa demanda inicial, foram qualificadas 30 cartas-convite, das quais 24 foram, oriundas de empresas e 6 de consórcios de empresas. O resultado oficial do processo de análise deverá ser publicado no próximo dia 23 de setembro. Destacou o problema ocorrido nas demandas apresentadas pela Petrobrás, tendo em vista que o setor não está contemplado entre as áreas prioritárias da PITCE, indicadas como preferenciais no edital. Na segunda fase, foram submetidos 60 projetos, envolvendo 21 empresas e três consórcios. Após as etapas de análise por comitê externo, foram recomendados para contratação 28 projetos, envolvendo 16 empresas e dois consórcios, que totalizam 16,7 milhões, dos quais 10,8 milhões para 2005. O volume de recursos alavancados, a título de contrapartida, foi da ordem de R\$ 17,5 milhões. Participam desse conjunto de projetos, 30 ICT's, 16 empresas e dois grupos de consórcio. O setor onde houve maior ênfase na demanda foi o de software.
  - iii) Cooperação ICT/Empresa com pequenas e microempresas: o edital contou com recursos do CT-FVA da ordem de R\$ 3,2 milhões e uma contrapartida do SEBRAE da ordem de R\$ 15 milhões. A etapa de submissão de propostas já foi concluída e até o final de outubro deverá ser divulgado o resultado do processo de seleção e julgamento
  - iv) A maior parte das encomendas encontram-se em processo de contratação. Em relação ao projeto Cooperação Brasil / União Européia, foi informado que há grupo de trabalho, envolvendo a FINEP e o MDIC, que vêm trabalhando para concluir a elaboração do Acordo e viabilizar sua contratação em breve;
  - v) O Edital para o Programa Nacional de Incubadoras já foi lançado em junho e as propostas encontram-se em processo de análise na agência.

Após a apresentação da representante da FINEP, o Presidente, Sr. Luís Fernandes destacou que os dados sobre a execução orçamentária do CT-FVA refletem a situação da carteira de projetos em contratados e em contratação e que a diferença entre o montante autorizado (R\$ 165 milhões) e o valor empenhado (R\$ 101 milhões), correspondente à cerca de 38,5%, refere-se justamente ao volume disponível para contratar os projetos que estão sendo selecionados por meio dos editais, de

forma que o desempenho deverá melhorar até o final do ano. Ressaltou ainda, que se tem a expectativa é de se atingir em 2005 um patamar de execução orçamentária e financeira semelhante ao alcançado em 2004.

4.2. Apresentação do CNPq – o representante do CNPq, Sr. José Roberto Drugovitch, apresentou a situação do processo de julgamento do edital RHAE Inovação, que nesse ano apresentou algumas modificações em relação ao ano anterior, na medida em que foi adotado nos moldes de fluxo contínuo. Dessa maneira, houve 3 rodadas de submissão. Na primeira, foram submetidas 224 propostas, que totalizaram R\$ 25 milhões. Foram selecionadas propostas de diversos setores, que resultaram no montante de R\$ 12 milhões. Na segunda rodada, foram submetidas 144 propostas, que totalizaram R\$ 12,2 milhões. O processo de análise e julgamento dessa rodada acaba de ser concluído e em princípio, a demanda qualificada totaliza entre R\$ 5 e R\$ 6 milhões. Do valor total disponibilizado no edital, da ordem de R\$ 29 milhões, ficará disponível para a terceira rodada cerca de R\$ 10 a 12 milhões. A demanda apresentada na terceira rodada foi maior e corresponde a 290 propostas, que totalizam, aproximadamente, R\$ 30 milhões. Essa demanda será julgada durante o mês de outubro. Ressaltou que uma das grandes vantagens de se ter adotado o sistema de fluxo contínuo foi a possibilidade de se aperfeiçoar o processo de julgamento pelo Comitê Assessor. Também, destacou que esse processo permitiu que propostas não selecionadas numa rodada pudessem ser re-apresentadas em rodada subsequente, incorporando as sugestões formuladas pelo Comitê Assessor. Por fim, informou que deverá ser efetivamente comprometido em projetos recursos da ordem de R\$ 29 milhões.

## **5. Item 2 da Pauta: Orientação sobre o Planejamento das ações para 2006**

Em continuidade à pauta, o Presidente, Sr. Luís Fernandes, deu início à apresentação do processo que está sendo adotado para o planejamento das ações para 2006. Esclareceu que esse processo tem por base a previsão orçamentária do CT-FVA para 2006, a qual considera dois cenários: um que tem por referência o Quadro de Detalhamento das Despesas/QDD do Projeto de Lei Orçamentária para 2006, em tramitação no Congresso Nacional, e o outro que considera o teto para contingenciamento da ordem de 40%, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO. Informou que a arrecadação prevista para CT-FVA em 2006 é da ordem de R\$ 322 milhões e que o valor efetivamente incluído no PLO para 2006, no início de setembro, foi de R\$ 244,4 milhões. Ressaltou que durante o processo de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi submetida proposta de se limitar o teto para contingenciamento dos recursos dos fundos setoriais em 40%; proposta essa respaldada pelo projeto de regulamentação do FNDCT, que se encontra em discussão no Congresso, e que prevê a recomposição gradativa e progressiva do valor integral do FNDCT. Com base na proposta, haveria uma espécie de redução gradativa do valor passível de transferência do FNDCT para reserva de contingência. Assim, no primeiro ano, 2006, o teto seria de 40%; no segundo, 2007, de 30%, e assim, sucessivamente, reduzindo, a cada ano, em 10% o percentual do teto, até zerar. Destacou que a proposta elaborada pelo Ministério do Planejamento, como foi enviada ao Congresso antes da votação da LDO, previu um teto de 60% dos recursos dos fundos para reserva de contingência. Dessa forma, como a expectativa de arrecadação de todos os fundos para 2006 é de R\$ 2 bilhões, com base no PLO, estariam liberados para aplicação R\$ 800 milhões; R\$ 1,2 bilhão ficaria na reserva de contingência. Com base na expectativa de que teto para

o contingenciamento fique limitado a 40%, o volume a ser disponibilizado para aplicação seria o inverso, da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Tomando por base o material distribuído na reunião, esclareceu que processo de planejamento das ações de 2006 deverá considerar os cenários possíveis. O cenário baseado no PLO de 2006, o orçamento seria de R\$ 244 milhões. No outro cenário, cujo teto de contingenciamento estaria limitado a 40%, o orçamento do CT-FVA seria de R\$ 322 milhões, pois a proposta do MCT é de garantir recomposição integral do CT-FVA, de maneira que nenhuma parcela da receita estimada seja alocada à reserva de contingência. Nessa proposta, o MCT prevê que o percentual de 40% seria distribuído entre os demais fundos setoriais. Concluindo, destacou que essas informações são importantes para a próxima reunião do Comitê Gestor quando se dará, efetivamente, a deliberação sobre as operações a serem apoiadas em os 2006 com recursos do CT-FVA. Em seguida, esclareceu que nesse momento o que se busca é levantar propostas de ações transversais estruturantes junto ao Comitê, as quais, de forma semelhante ao processo adotado em 2005, constará da pauta de proposições de ações para 2006. A expectativa é de que na próxima reunião do Comitê, prevista para novembro/dezembro, já se tenha definido o montante efetivamente disponível para o CT-FVA em 2006. Com base nos quadros apresentados, se se confirmar o cenário de liberação integral do orçamento dos fundos, o orçamento disponível para novas aplicações em 2006 seria da ordem de R\$ 220 milhões, na medida em que se deduz parcela relativa ao pagamento da taxa de administração e das despesas operacionais (de cerca de R\$ 22 milhões, correspondente a 7%) e, ainda, o montante comprometido em operações finalísticas de exercícios anteriores (cerca de R\$ 78 milhões). No caso de se configurar o cenário previsto com base no PLO, o volume que estará disponível para novas ações em 2006 será da ordem de R\$ 149 milhões. Finalizou informando que o dispositivo previsto na LDO relativo ao descontingenciamento refere-se à função 'Ciência e Tecnologia' e não apenas ao orçamento do Ministério da ciência e Tecnologia, estendendo-se, assim, a ações de outros ministérios associadas a essa função.

Com base no exposto, o Sr. Maurício Mendonça informou que recentemente a CNI organizou uma reunião com a presidência do Senado, com a participação de membros de Comitês Gestores dos fundos setoriais, os Srs Osiris Silva e Alysson Paulinelli, com objetivo de reiterar posição favorável à recuperação dos fundos e que consta do dispositivo previsto no projeto de regulamentação do FNDCT em tramitação no Congresso. Ressaltou que vêm desenvolvendo um importante trabalho junto à área técnica do Senado, no sentido de mostrar a necessidade de descontingenciar os recursos, e que ampliará o escopo desse trabalho no sentido de que seja observado o que estabelece a LDO.

Em seguida, o Sr. Luís Fernandes apresentou o documento que serve de base para orientar o processo de planejamento das ações para 2006. Conforme o documento, previamente encaminhado aos membros do Comitê, o modelo de gestão introduzido pelo MCT, para os fundos setoriais, visa conferir foco às ações dos fundos e promover sua integração. Informou que na última reunião do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais foi estabelecido um calendário de atividades com vistas a viabilizar a construção participativa e coletiva das ações para 2006. Dessa forma, propõe-se que nessa reunião do Comitê dê-se início ao processo de levantamento de propostas de ações transversais, as quais serão encaminhadas para consolidação no âmbito do Comitê de Coordenação. Para auxiliar o processo de levantamento de propostas está sendo disponibilizado um formulário padrão que busca facilitar o futuro processo de consolidação. Enfatizou que as propostas deverão

focar as prioridades da política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Com base no cronograma, o prazo para encaminhamento de propostas para a Secretaria dos Fundos/SETEF será a data de 14 de outubro. Após consolidadas, as propostas de ações transversais serão apreciadas pelo Comitê de Coordenação, ouvidas sugestões do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia/CCT. A expectativa de submeter para deliberação dos Comitês Gestores, o conjunto de ações transversais em 23 de novembro, após a realização do Seminário dos Fundos Setoriais, programado para o 22 de novembro. A idéia, destacou, é de que, a partir das deliberações, seja possível elaborar os editais relativos às ações transversais para serem lançados no início de dezembro, e iniciando nos primeiros meses de 2006 as operações verticais e as encomendas de cada comitê.

O Sr. Luís Fernandes esclareceu que o modelo de gestão que está sendo adotado para os fundos setoriais está coerente com o que estabelece o projeto de regulamentação do FNDCT, que prevê, entre outras, a criação de um Conselho Diretor do FNDCT, com representação tripartite, semelhante ao modelo utilizado em cada comitê gestor. A partir da regulamentação do FNDCT, algumas atividades hoje desempenhadas pelo Comitê de Coordenação, relativas à formulação de propostas de ações transversais e de grandes programas caberá ao Conselho Diretor do FNDCT, ficando atribuído ao Comitê de Coordenação, o papel de atuar como instância de integração operacional.

Após a apresentação da sistemática prevista no modelo de gestão e do calendário, o Sr. Fernando Rizzo destacou sua preocupação quanto ao curto prazo destacado para a elaboração de editais. O Sr. Maurício Mendonça, nessa linha, destacou a importância do esforço de planejamento, mas registrou que os prazos são muito curtos, notadamente frente a complexidade em se mobilizar os setores acadêmico e empresarial, e que pode prejudicar uma participação mais pró-ativa e uma construção mais alentada das propostas. Também sugeriu se busque, ao longo do processo de consolidação das ações transversais, mecanismos para se obter um conjunto relativamente pequeno de ações transversais: foco na natureza do que realmente se caracteriza como transversal e evitando-se projetos pontuais, por mais legítimos que sejam, os quais deveriam ser tratados em processos de competição. Por outro lado, questionou a capacidade de indução via editais, que acabam funcionando como um balcão. Sugeriu que se destine um percentual de recursos ao balcão e um percentual para encomenda, destinando-se 20% dos recursos de todos os fundos em balcão; 20% para encomendas e 40% para projetos transversais. Sugeriu, ainda, as seguintes estratégias:

- os projetos transversais seriam, por exemplo, megaprojetos com capacidade de integrar várias instituições ou mesmo um projeto complexo de vários contratos/convênios, que teriam um mecanismo de coordenação e gestão distinto, envolvendo um comitê de coordenação tripartite, com representantes do governo, da academia e do setor privado.
- ações transversais de natureza transversal com capacidade para integrar novos instrumentos como a subvenção, equalização, e outros instrumentos previstos na Lei de inovação, como poder de compra do estado, a utilização da infra-estrutura laboratorial que precisa ser compartilhada; e, ainda, os núcleos de inovação tecnológica e o acesso dos pesquisadores a criação e atuação em empresas.

- Implantação de um programa específico, por força da Medida Provisória 252, que criou uma subvenção direta para P&D que pode ser complementada com um *mix* de bolsas RHAe e subvenção direta para as empresas investirem em pessoal qualificado;

Dessa forma, concluiu, estaria-se integrando instrumentos de incentivo fiscal com instrumentos de crédito equalizado, ou seja, permitindo atrair empresas para o crédito equalizado garantindo integração com os incentivos fiscais previstos. Também, destacou a importância em se difundir os incentivos novos para os empresários e sugeriu que se promova um "workshop" para revitalizar os programas TIB e de extensionismo, com vistas a potencializá-los como ação transversal.

O Sr. Luís Fernandes sugeriu ao Sr. Maurício Mendonça que encaminhasse essas propostas formalmente, como parte do próprio processo de levantamento de sugestões que se está iniciando.

O Sr. Carlos Cristo, do MDIC, ponderou se não seria o caso de se inverter o processo, ou seja, iniciar o processo por uma discussão e construção de propostas coletivamente, utilizando-se de metodologias como planejamento estratégico, em um seminário de um ou dois dias para se definir um conjunto de propostas. Com relação a essa colocação, a Sra. Léa Contier de Freitas, registrou que a SETEC/MCT vem conduzindo um conjunto de reuniões que vêm tratando de vários temas e levantando informações e necessidades. Por exemplo, no caso de tecnologias de gestão, já se identificou a necessidade de se apoiar a implantação de sistemas de gestão, pela criação e consolidação de centros de referência de tecnologias de gestão. Também, na área de propriedade intelectual, será realizado um seminário em outubro para, junto à FINEP, rever as ações de criação e consolidação de núcleos de patenteamento como os escritórios de transferência de tecnologia, antecipando uma discussão sobre a função dos núcleos de inovação quanto à atividade de propriedade intelectual. Os resultados desse esforço ficarão disponíveis para orientar a decisão sobre novas proposições.

No sentido de esclarecer as questões levantadas, o Sr. Luís Fernandes explicou que o Seminário que está sendo proposto para o dia 22 de novembro, reunirá todos os membros dos comitês gestores e ocorre já na fase final do processo, antecedendo à etapa de deliberação. Destacou que a sistemática programada, prevê um processo de construção que começa de forma descentralizada, a partir dos próprios comitês gestores. Por outro lado, registrou que a proposta apresentada pelo Sr. Maurício Mendonça acena com a possibilidade de se incorporar seminários na programação, de forma a discutir temas que sejam do interesse do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo e orientar o processo de decisão.

Em resposta a essa colocação, o Sr. Maurício Mendonça informou que propôs à Finep que aproveite a realização da BRASILTEC, prevista para 06 de outubro e que tem grande capacidade de mobilização de pessoas para organizar um espaço para promover o debate com outras instituições de questões como as citadas. A idéia é fazer uma espécie de *brainstorm*, para levantamento de propostas que seriam posteriormente consolidadas pela própria FINEP, e que se pensa em utilizar a colaboração do Sr. Sérgio Salles como facilitador, com vistas a produzir resultados. Aproveitou para também informar que será realizada uma reunião em outubro e outra em novembro do Fórum dos representantes do setor produtivo, que reúne os representantes do setor empresarial nos comitês gestores dos fundos setoriais, com vistas a construir, de forma coletiva, um conjunto de proposições que reflitam as demandas e necessidades dos diversos setores envolvidos.

Com relação ao cronograma tentativo, a Sra. Maria Aparecida Neves informou que sua realização é um desafio. Relatou que após a reunião do Comitê de Coordenação, a FINEP reuniu seus superintendentes, gestores e secretários técnicos dos fundos setoriais para analisar o calendário e analisar as experiências e operações implementadas em 2005, bem como os instrumentos na linha da proposta do Sr. Maurício Mendonça. Registrou que a Academia Brasileira de Ciências, preocupada em participar desse processo de mobilização até o dia 14, sugeriu que se buscasse a convergência de projetos ou propostas com as demandas e necessidades identificadas pelo setor acadêmico. Para viabilizar a 'socialização da informação', sugeriu que se divulgasse aos membros dos comitês gestores o resultados do trabalho que a SETEC vem realizando, sobre tecnologia de gestão e propriedade intelectual, e o resultado do trabalho de consolidação de propostas a ser construído, com vistas manter essas informações atualizadas. Sugeriu que o calendário seja distribuído como a agenda do Ministério, e em paralelo com a participação dos membros dos comitês gestores poder-se-ia construir uma agenda de ações de mobilização, consolidação e troca de informações.

Concordando com essa estratégia de ação, o Sr. Luís Fernandes enfatizou que seria importante que fosse preservado o roteiro de construção programado e que se dá com o encaminhamento de propostas a partir do Comitê Gestor. Dessa forma, propôs que o resultado desse esforço de consolidação que a Finep faria, que fosse encaminhado ao Comitê Gestor do CT-FVA, de forma a ser posteriormente encaminhado ao Comitê de Coordenação.

Ficou acertada a data de 14 de outubro como limite para o encaminhamentos de propostas, que serão posteriormente consolidadas pela SETEF para envio ao Comitê de Coordenação.

O Sr. Maurício Mendonça registrou que o Sr. Brito Cruz, representante da comunidade científica no Comitê Gestor do CT-FVA foi convidado para participar desse processo de discussão e que a idéia é de que o resultado desse esforço se caracterize como uma proposta do Comitê. A participação da FINEP no processo ser dará como facilitadora desse exercício de construção coletiva.

Continuando a discussão, o Sr. Luís Fernandes, destacou que algumas ações deverão ter continuidade em 2006, dado que são grandes ações estruturantes, de forma semelhante às de apoio à Cooperação ICT/Empresa. Questionou se a proposta do Sr. Maurício Mendonça seria na linha de se apoiar diretamente as empresas em função da regulamentação da Lei de Inovação. Sobre esse ponto, o Sr. Maurício Mendonça destacou que o que se está propondo é apoiar a Cooperação ICT / Empresas de três formas, com tipos de *funding* diferentes, um para cada tipo de ação: cooperação grandes empresas, pequenas empresas e subvenção. Sugeriu, ainda, que os editais não se limitassem aos setores prioritários da PITCE, dado que setores como o de Petróleo não estariam sendo atendidos. Sobre isso, sugeriu que o edital dê prioridade para setores da Política, como uma forma de dar prioridade no julgamento, mas sem impedir outros setores de concorrerem e, assim, não impedindo que projetos de boa qualidade sejam financiados.

Nesse ponto, o Sr. Valdir Pepe, destacou que o setor de bens de capital, terceiro setor mais exportador do Brasil, embora priorizado na Política, não está sendo contemplado nos instrumentos de ação transversal. E ressaltou que o mesmo seja incluído em 2006. Com relação a esse questionamento, o Sr. Luís Fernandes informou que o MCT procurou se articular na construção de ações de apoio com entidades representativas de cada setor. No caso do setor de bens de capital, a



o processo com a ABIMAC atrasou, mas já está sendo negociado para além do edital, com ações dirigidas, de forma semelhante ao que foi feito com a indústria farmacêutica junto à ALANAC e também na área de informática. Em setores como fármacos, software e semicondutores houve uma forte articulação da instância de representação de cada setor. Com relação ao setor de bens de capital, o Sr. Valdir Pepe registrou que sua preocupação não é com o setor em si, mas em torno da cadeia produtiva nacional. Reforçando esse entendimento, o Sr. Luis Fernandes destacou a importância do setor tendo em vista sua importância para a sustentabilidade do desenvolvimento porque integra variados setores.

O Sr. Maurício Mendonça levantou dois pontos que considera importantes: um seria a necessidade de se ter clareza do papel que os fundos setoriais desempenham no processo de desenvolvimento de setores fundamentais; o outro seria a necessidade de se criar instrumentos mais eficazes para vender a idéia do progresso científico para o setor empresarial. Dessa forma, mais do que uma ação específica, talvez seja preciso um conjunto de ações específicas, mas não dentro de instrumentos mais gerais, e também dispor de informações que possam ser repassadas ao setor empresarial para sensibilizá-los e motivá-los. Nessa linha, o Sr. Luís Fernandes citou o caso do PNAE, que foi considerado uma prioridade, e o Programa Nuclear. Destacou que seria importante ampliar a participação das empresas nesses programas. Seriam exemplos de ações com grande potencial para atrair a participação da indústria nacional. De qualquer forma, ressaltou, teria de estar articulado com outras ações da política industrial, na medida em que a PITCE não se assenta exclusivamente no fomento ao desenvolvimento tecnológico em si, mas, como um instrumento tecnológico, quanto mais articulado for, mais efetiva será a ação que estaremos implementando. A Sra. Léa Contier de Freitas citou que o MCT tem conversado com a Marinha, a CNEN e etc e tem uma proposta de quatro ações que podem envolver empresas. Comprometeu-se em repassar essas informações até o dia 14.

O Sr. Luís Manuel Rebelo Fernandes se comprometeu em mandar pelo menos a descrição do que já está em curso para subsidiar o encaminhamento de propostas de ações relacionadas a programas como Recurso do Mar, Programa Espacial, entre outros, de forma a sensibilizar o setor empresarial sobre as oportunidades de projetos cooperativos. Reiterou que o prazo de encaminhamento de propostas será até o dia 14/10.

O Sr. Fernando Rizzo também informou que a Academia Brasileira de Ciências está organizando uma reunião com os representantes da comunidade científica nos comitês gestores para discutir e propor uma pauta de ações transversais. Aproveitou para ressaltar que um aspecto discutido no ano anterior relacionou-se ao percentual alocado pelos fundos para as ações transversais. Com relação a esse ponto, questionou se para 2006 o valor a ser alocado também corresponderia ao mesmo percentual de 50%. O Sr. Luís Fernandes disse que esse padrão mínimo ainda não foi definido e que estará condicionado ao conjunto de propostas que venha ser apresentado. Para 2005 o padrão mínimo foi de aproximadamente 50% para as ações transversais. No caso específico do CT-FVA, que tem uma natureza transversal, contribuiu com um percentual superior a esse padrão. De qualquer forma, reiterou, o processo de construção coletiva esse ano será o mesmo adotado para 2005.

## **6. Outros Assuntos**

O Sr. Maurício Mendonça aproveitou a oportunidade para apresentar e distribuir cópia do programa tentativo do Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria que será realizado no período de 26 a 28 de outubro, em São Paulo.

A Sra. Maria Aparecida Neves distribuiu alguns volumes do resultado da PINTEC relativos à 2003, realizado com apoio do Fundo Verde-Amarelo.

Conforme havia sido decidido na reunião anterior do Comitê Gestor, o Sr. Luís Fernandes distribuiu um documento contendo informações sobre o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada/CEITEC, de forma a subsidiar a decisão do Comitê sobre a alocação de recursos do CT-FVA em 2005. Esclareceu que se trata de um projeto prioritário da Política Industrial na área de microeletrônica e que o Centro deverá atender diretamente à indústria. Após algumas discussões, ficou acertado que será agendada uma reunião específica para tratar do projeto CEITEC e que será providenciada a distribuição de mais informações aos membros do Comitê Gestor sobre o assunto.

Concluindo, a reunião, a ata da 16<sup>a</sup> Reunião foi aprovada por unanimidade.